

# *A Realização Do Objeto Direto Anafórico Por Clíticos E Pronomes Lexicais: Um Caso De Variação*

THE REALIZATION OF ANAPHORIC DIRECT OBJECTS THROUGH CLITICS AND LEXICAL PRONOUNS: A VARIATION CASE

Flávio Brandão SILVA<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste trabalho, realizamos estudo acerca da realização do objeto direto anafórico por meio de clíticos e pronome lexical. O *corpus* desta pesquisa constitui-se de narrativas orais e escritas produzidas por alunos do Ensino Fundamental, Médio e Superior. A definição das variantes tomou como base o trabalho de Duarte (1989). Por meio dos dados analisados, constatou-se que a escolaridade foi um fator determinante na realização do objeto direto anafórico. Também foi possível verificar que a forma não prescrita pelas Gramáticas Tradicionais, no caso, a variante *pronome lexical* teve maior ocorrência entre as narrativas orais, sinalizando uma tendência de se considerar, estigmatizadamente, a língua falada menos formal do que a escrita, quando, na realidade, oralidade e escrita são duas modalidades da língua igualmente importantes e sujeitas à variação.

**Palavras-chave:** oralidade e escrita; variação linguística; escolarização.

**Abstract:** In this paper we study the realization of anaphoric direct objects through clitics and lexical pronouns. The corpus of this research comprises oral and written narratives produced by elementary, high school and college students. The definition of the variants was based on the research carried out by Duarte (1989). The analysis revealed that schooling is decisive in the realization of anaphoric direct objects. It also demonstrated that lexical pronouns, which are considered incorrect by prescriptive grammarians, were more frequently used in the oral narratives, indicating a tendency to stigmatize the spoken language as less formal than the written language, which, in fact, is a misconception because both language modes are equally important and subject to variation.

**Keywords:** spoken and written language; linguistic variation; schooling

## Introdução

Durante muito tempo, a escrita ocupou a primazia nos estudos linguísticos. A partir de pesquisas realizadas na área dos estudos da linguagem, sobretudo a linguística saussureana, houve a distinção formal entre a fala e a escrita como duas modalidades da língua. Ressalta-se, dessa

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professor da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí (FAFIPA), Paranavaí, PR. Endereço eletrônico: brandao77@uol.com.br.

forma, o fato de que o indivíduo, de acordo com suas intenções, pode escolher esta ou aquela modalidade para se comunicar.

Mesmo se sabendo que a fala e a escrita não são modalidades que se opõem rigidamente, há uma tendência em considerar a escrita como um modelo de utilização da norma padrão, enquanto a fala acaba sendo associada a uma situação de uso de formas não padrão. No entanto, o que se tem observado empiricamente é que, tanto na fala como na escrita, pode ocorrer o uso de formas padrão e não padrão.

Procuramos desenvolver, neste trabalho, um estudo relacionado à realização do objeto direto anafórico por meio de clíticos e pronome lexical, a partir de narrativas orais e escritas produzidas por alunos de diferentes níveis de escolaridade. Alguns estudiosos da linguagem já desenvolveram trabalhos com essa temática, dos quais destacamos Duarte (1989), que investigou a realização do objeto direto anafórico, entre paulistanos, a partir de falas espontâneas e de textos orais veiculados na mídia (televisão).

Esperamos, com este trabalho, refletir sobre o processo da variação linguística, bem como sobre os fatores que determinam tal variação, neste caso, a modalidade da língua e o nível de escolaridade, procurando observar possíveis semelhanças ou diferenças quanto ao uso das variantes nessas modalidades textuais, nos diferentes níveis de escolaridade.

## **Fundamentos teóricos**

### **A variação linguística**

A linguagem sempre acompanhou o homem durante o seu processo de evolução, aliás, tendo um papel essencial nesse processo, uma vez que é por meio da linguagem que o homem transforma em elemento material conteúdos abstratos, como o conhecimento, os sentimentos e as experiências vividas. Também é via linguagem que o homem transmite a outras pessoas esses conteúdos. Por intermédio da linguagem o homem também interage com o grupo social no qual está inserido.

Dessa forma, é impossível pensar a vida humana sem o uso da linguagem, uma vez que ela está diretamente relacionada a todos os momentos da sua vida; ou seja, tudo o que o homem faz, desde o seu nascimento, se dá por meio de um tipo qualquer de linguagem.

Ao pensar na linguagem humana, tendo em vista sua natureza simbólica, comunicativa e interacional, devemos nortear nossa reflexão a partir de dois aspectos bastante relevantes: o

primeiro é que os fatos linguísticos são de caráter social e o segundo é que esses fatos linguísticos devem ser observados a partir da percepção da variabilidade a que estão submetidos.

A linguística moderna, iniciada por Saussure traz como objetivo principal descrever a estrutura do sistema linguístico, o que, sem dúvida, foi um grande avanço para os estudos da linguagem. Mas se a língua deveria ser entendida como uma ocorrência social, conforme preconizava o estruturalismo, era, também, de suma importância, levar em consideração os fatores sociais no processo de descrição das línguas, pois, nos dizeres de Meillet: “por ser a língua um fato social resulta que a linguística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da variação linguística é a mudança social” (MEILLET *apud* CALVET, 2002, p. 16).

A partir dessa perspectiva, surge a Sociolinguística, que procura descrever as línguas, direcionando a sua investigação de forma a evidenciar a estreita relação entre língua e sociedade, que nos leva a observar a diversidade étnica e cultural de uma comunidade, revelando os seus valores e o seu modo de pensar, materializados nas estruturas linguísticas heterogêneas, efetivamente realizadas pela comunidade dos falantes de uma língua qualquer, conforme suas intenções discursivas.

Nesse sentido, muitos estudiosos da relação entre língua e sociedade, sobretudo Labov (1972), comprovaram, por meio de suas pesquisas, os efeitos da sociedade no sistema linguístico e na maneira pela qual o mundo exterior pode ser visualizado nesse sistema, pois, de acordo com Monteiro (2000): “Cada língua existe, pois, em função das necessidades sociais de designar ou nomear a realidade” (MONTEIRO, 2000, p. 19).

As línguas naturais, tendo em vista o seu dinamismo inerente, constituem um rico objeto de investigação para a Sociolinguística, que, observando sua diversidade, procura analisar o fenômeno da variação sob um prisma geral, universal e científico. Além de ocupar-se com o fenômeno da variação, a Sociolinguística também estuda o contato entre as línguas, a diversidade linguística e a origem, a evolução e o desaparecimento de uma língua.

No que se refere ao estudo da variação, os conceitos de variantes e variáveis são de grande importância. As variantes podem ser concebidas, em sentido *lato*, como as possibilidades de variação que o sistema linguístico pode sofrer. Já as variáveis são os fatores que determinam a variação. Nesse sentido, Mollica (2003) afirma que:

Entendemos então por variantes as diversas formas alternativas que configuram um fenômeno variável, tecnicamente chamado de variável dependente. A concordância entre o verbo e o sujeito, por exemplo, é uma variável linguística, pois se realiza através de duas variantes, duas alternativas possíveis e semanticamente equivalentes. (MOLLICA, 2003, p. 11)

Com referência à dependência das variáveis linguísticas, podemos dizer que tal dependência está centrada no fato de que a ocorrência das variantes é determinada por fatores diversos. Nesse sentido, temos as variáveis internas ao sistema linguístico, centradas na língua, e as variáveis externas a esse sistema, centradas no falante e nas condições de produção discursiva.

Como variáveis internas, podemos citar os fatores relacionados à estrutura do sistema, como a fonética e a fonologia, a morfologia, a sintaxe e a semântica. Como variáveis externas, relacionamos os fatores que se referem ao indivíduo diretamente como o sexo ou o gênero, a idade, a raça, a profissão, o nível de renda e o nível de escolaridade.

Além dos fatores acima, há outros que também fazem referência ao indivíduo, mas de forma indireta, como o grau de formalidade e de tensão discursiva, pois estão relacionados às situações que envolvem o falante durante o evento de fala, como muito bem definiu Mollica (2003).

Assim, a variação linguística é compreendida como a variação da língua que ocorre em determinados grupos, tempos, espaços e regiões, sendo reconhecida pelo grupo, muitas vezes entremostrando suas identidades sociais, que podem ser desvalorizadas pela sociedade, diante da falta de reconhecimento das variantes linguísticas. Nos dizeres de Camacho (2008), “A variação é o reflexo de diferenças sociais, como origem geográfica e social, e de circunstâncias de comunicação” (CAMACHO, 2008, p. 35).

A variação linguística, como já mencionada, está condicionada a diferentes fatores, interna ou externa à língua. Os internos abrangem fonética, fonologia, sintaxe e semântica; os fatores externos compreendem: faixa etária, gênero, status socioeconômico, mercado de trabalho e redes sociais que produzem entre si, as variedades que são usadas para cada situação.

Os fatores de diversidade linguística não ficam assim limitados aos aspectos temporal e espacial. Podem-se identificar e distinguir dois falantes de uma mesma comunidade linguística, geograficamente falando, por suas características decorrentes de diferente nível cultural. Com efeito, não é provável que um indivíduo iletrado se expresse de modo idêntico a outro nível cultural mediano ou altamente cultivado (CAMACHO, 1988, p.29-30).

A partir dos fatores responsáveis pela variação, Camacho (1988) apresenta quatro tipos de variação linguística: a) variação histórica; b) variação geográfica (diatópica); c) variação estilística;

d) variação social (diestrática), que são articuladas pelo falante, conforme as práticas linguísticas realizadas em suas comunidades. “O comportamento normal do falante é variar a sua fala de acordo com a prática em que ele (a) se encontra” (FARACO, 2008, p.40).

A variação histórica consiste nas mudanças sofridas pela língua ao longo dos tempos, como, por exemplo, a ortografia das palavras, além do fato de que algumas podem ser substituídas por outras, quando caem em desuso.

A variação geográfica abrange a diversidade linguística observada nas diferentes regiões. Essa variação também adentra todos os níveis linguísticos que vão do fonético, fonológico, morfológico, lexical e discursivo. Embora esteja o fator regional seja determinante para a variação geográfica, tal variação não se limita aos limites políticos de um determinado território.

A variação estilística consiste na maneira como o falante faz uso da língua nas diferentes situações comunicativas, que exigem a adequação verbal condizente ao contexto. Dessa forma, surgem os níveis formal e informal.

A variação social diz respeito aos estratos sociais a que as pessoas pertencem, a sua organização sociocultural. “A variação social é o resultado da tendência para maior semelhança entre os atos verbais dos membros de um mesmo setor sociocultural da comunidade.” (CAMACHO, 1988, p. 31-32). Neste trabalho, nossa atenção se volta, exclusivamente, para a variação social, pois observaremos a interferência do nível de escolarização, que é um dos fatores presentes na variação social, como veremos adiante, na realização do objeto direto anafórico por meio de clíticos e pronome lexical.

Os fatores sociais que mais interferem na ocorrência da variação linguística, segundo Naro (2003),

Parecem ser idade, sexo, nível socioeconômico e formação escolar. Outros fatores sociais que se têm revelado importantes em fenômenos variáveis são a posição do falante no mercado de trabalho e sua interação com a mídia (televisão, imprensa etc.). (NARO, 2003, p.16).

As variáveis apontadas por Naro (2003) devem ser analisadas levando-se em consideração o contexto em que o fenômeno da variação ocorre, pois ele, associado aos fatores intralinguísticos, poderá influenciar a atividade verbal do falante e as formas por ele preferidas.

Paralelamente a essa discussão a respeito dos fatores que motivam as variações de uma língua, é necessário considerar que essas variações, apesar de reconhecidas legítimas, estão sujeitas à aceitação e à avaliação da comunidade linguística e, conseqüentemente, do grupo social.

Assim, a ocorrência das variantes linguísticas pode ser avaliada positiva ou negativamente e, ainda, pode determinar a posição que o falante vai ocupar no grupo social.

Mollica (2003) afirma que:

Em princípio, estruturas de maior valor de mercado de que recebem avaliação positiva parametrizam-se com grau de alto monitoramento e de letramento. Maior sensibilidade, percepção e planejamento linguístico são, via de regra, pré-condição à produção de formas de prestígio e disposição adequada para eliminarem-se estigmas sociolinguísticos na fala ou na escrita. (MOLLICA, 2002, p. 13).

A expressão *estruturas de maior valor de mercado* refere-se às estruturas que mais se aproximam da forma de prestígio, pois apresentam um maior nível de monitoramento e planejamento no discurso.

Todas as comunidades usam diferentes modos de se expressar, caracterizando-se a língua como inseparável da variação. “A variação linguística é consequência da propriedade da linguagem de nunca ser idêntica em suas formas através da multiplicidade de discurso” (MONTEIRO, 2000, p. 63).

O estudo da variação deve, portanto, contribuir para que a diversidade linguística, presente em qualquer língua, seja tratada de forma a não reforçar o preconceito linguístico estabelecido no grupo social. Mas isso só será possível quando as diversidades da língua forem compreendidas a partir de um *continuum* e não como ocorrências isoladas e opostas.

A ideia do *continuum* social está associada à ideia de *estrutura*, no plano linguístico; ou seja, o fenômeno linguístico variável se insere em uma estrutura em que interage e se articula com outros elementos, compondo um sistema.

A variação linguística vai além dos espaços temporais e sociais, são os vários modos de comunicação entre os falantes, que se expressam conforme o grau de letramento que possuem e os diferentes momentos de interação verbal nas relações sociais, que vão de uma conversa informal na família a uma entrevista de emprego.

### **Os níveis de formalidade e informalidade nas modalidades oral e escrita**

É possível depreender três momentos diferentes a respeito da discussão sobre a relação entre língua falada e língua escrita, conforme Chafe (1994). Na tradição gramatical, iniciada pelos gregos e romanos, a escrita tinha a primazia sobre a fala nos estudos linguísticos. Mais tarde, com o surgimento da Linguística, a fala passou a ter a prioridade sobre a escrita, sendo esta entendida

somente como uma representação da fala, o que se justifica pelo fato de que, nos primeiros tempos do estruturalismo, muitas línguas foram descritas tendo como base apenas a fala. Com os avanços dos estudos linguísticos a língua falada e a língua escrita passaram a ter valores equivalentes, por serem consideradas duas modalidades de uso da língua, igualmente importantes.

Para atender às suas intenções enunciativas, o indivíduo pode utilizar-se de duas modalidades da língua, por meio das quais o discurso pode ser expresso: a fala e a escrita. Mesmo havendo a possibilidade de transmitirem o mesmo conteúdo significativo, essas modalidades apresentam características diferentes, sobretudo no que se refere à sua estrutura e organização.

A língua falada pode ser caracterizada por ser uma realização momentânea, oral e auditiva. O falante faz uso de certos recursos prosódicos, como a entonação, a pausa, o ritmo, a intensidade. Utilizam, também, outros recursos, como a expressão facial, os gestos e a postura, que são considerados meios auxiliares, dos quais o falante dispõe para elaborar e transmitir sua mensagem.

Já a língua escrita é constituída por elementos gráficos, que se organizam em sequências de palavras separadas por espaços em branco que, assim como a língua falada, estão subordinadas às regras da língua. Quando o interlocutor tem a intenção de mostrar algum elemento característico da fala no discurso escrito, ele o faz utilizando sinais de pontuação ou por expressões linguísticas específicas.

Embora a língua falada e a língua escrita estejam subordinadas às regras estruturais da língua, essas regras podem ser diferentes, tendo em vista o nível de formalidade da situação discursiva, o que acaba afetando as duas modalidades. Além disso, a língua falada, por evoluir, normalmente, de um discurso face a face, dispõe de alguns recursos (não linguísticos) de que a língua escrita não dispõe.

Apesar da fala e da escrita apresentarem características lexicais e gramaticais, em parte, diferentes, não podemos estabelecer entre essas duas modalidades uma relação dicotômica, pois, na realidade, ambas fazem parte de um *continuum*<sup>2</sup>.

Essas modalidades compartilham semelhanças e diferenças que ficarão evidenciadas de acordo com o tipo de texto em que as mesmas são empregadas e as diferentes circunstâncias de produção do discurso. Nesse sentido, Marcuschi (2003) afirma que:

---

<sup>2</sup>O termo *continuum* é muito frequente na literatura linguística no que se refere aos estudos sobre a língua falada e a língua escrita, tendo em vista que essas duas modalidades não podem ser consideradas a partir de um ponto de vista dicotômico.

O contínuo dos gêneros textuais distingue e correlaciona os textos de cada modalidade (fala e escrita) quanto às estratégias de formulação que determinam o contínuo das características que produzem as variações das estruturas textuais-discursivas, seleções lexicais, estilo, grau de formalidade etc; que se dão num contínuo de variações, surgindo daí semelhanças e diferenças ao longo de contínuos sobrepostos. (MARCUSCHI 2003, p. 42)

Estando inseridas num *continuum*, essas modalidades da língua são utilizadas em diferentes situações de realização discursiva, o que permite, aliás, que, em alguns momentos, se assemelhem, uma vez que, levando-se em consideração aspectos lexicais e gramaticais, a fala apresenta, em determinadas situações, estruturação, organização e complexidade semelhantes à escrita. Tomemos, como exemplo, a apresentação oral de um trabalho acadêmico. Por se tratar de uma situação formal, o discurso empregado pelo falante apresentará marcas de planejamento prévio, como maior cuidado com a seleção dos vocábulos e maior rigor na sintaxe do texto.

Apesar dos grandes avanços das pesquisas linguísticas no que se refere à língua falada e à língua escrita, concebidas como duas modalidades da língua, é impossível negar que ainda há certo “preconceito” em relação à língua falada, principalmente por parte dos educadores.

Tendo em vista essa postura, a língua falada, muitas vezes, é tratada, como uma modalidade de menor prestígio linguístico ou cultural, o que lhe acaba impondo uma avaliação negativa em relação à escrita.

A língua falada é considerada informal, tendo em vista o seu caráter espontâneo e momentâneo. Já a língua escrita é considerada formal, dado o fato de que o interlocutor dispõe de um tempo maior para organizar as informações.

Ocorre que, tendo em vista a avaliação acima, a língua falada é tratada de forma negativa, pois muitos acreditam que, por ser “informal”, ela se desvia do que se chama norma padrão. Além do que acaba interferindo, negativamente, no processo de produção do texto escrito. Nesse sentido, Risso (1994) afirma que:

Em decorrência de a L. F. ser examinada pelo viés da L. E., como se o padrão escrito determinasse algum tipo de exclusividade no uso da língua, a crítica frequentemente feita à L. F. é a de que ela conturba o sistema morfosintático manifesto na L. E., pela incidência de frases incompletas e interrompidas, hesitações, repetições, falsos começos, cacoetes verbais, entre outros “defeitos”, disseminando-se às vezes a ideia de que se fala errado e se escreve certo, dentro de uma língua. (RISSO, 1994, p. 56-57).

Que a fala e a escrita possuem diferenças e que uma a fala tende a apresentar situações de uso menos formais que a escrita, não se discute. Entretanto, não é coerente tratar como defeitos alguns mecanismos utilizados no processamento do texto falado, como repetições, hesitações,



frases não concluídas, etc.,. Na realidade, essas marcas revelam a natureza dialógica da língua falada, evidenciando, portanto, a interação entre o falante e seu interlocutor.

Além da interação, o nível de informalidade da língua falada ou o nível de formalidade da língua escrita estão sujeitos às diferentes situações de utilização dessas duas modalidades. Levando-se em consideração as condições de realização dos discursos oral e escrito, é importante relativizar a noção de formalidade e informalidade no que se refere à língua falada e à língua escrita.

Conforme Risso (1994):

Organizam de forma diferente os seus padrões de construção, sempre a partir de especificidades de processamento, transmissão e recepção ajustadas a diferentes situações comunicativas e a diferentes condições de produção. (RISSO, 1994, p. 62)

A relação estabelecida de que o discurso oral é de natureza informal, enquanto o discurso escrito é de natureza formal, está vinculada ao fato de que, muitas vezes, essa relação é vista por um viés tradicional, em que a oralidade e a escrita são tratadas como ocorrências absolutamente opostas, sem, contudo, levar em consideração que essas modalidades.

### **O objeto direto na tradição gramatical**

Segundo a gramática tradicional, entende-se por objeto direto o termo que serve de complemento para um verbo transitivo direto ou bitransitivo. Esse complemento é chamado direto porque se liga diretamente ao verbo, sem a presença de uma preposição obrigatória (ex.: “O hábito não faz *o monge*”).<sup>3</sup> Nesse sentido, Cunha (2001) afirma que: *O objeto direto é o complemento de um verbo transitivo direto, ou seja, o complemento que normalmente vem ligado ao verbo sem preposição e indica o ser para qual se dirige a ação verbal* (CUNHA, 2001, p. 14). Entretanto, em algumas situações, por motivos de ordem sintática ou semântica, o objeto direto pode apresentar-se regido de preposição, conforme se verifica no exemplo: *Conbeci pessoas a quem admiras*. (BECHARA, 2003, p. 419), em que o objeto direto é preposicionado por tratar-se do pronome relativo *quem*.

Bechara (2003), ao definir o objeto direto afirma que:

[...] o complemento direto, também chamado objeto direto, [é] representado por um signo léxico de natureza substantiva (substantivo ou pronome) não

<sup>3</sup> Cf. Almeida, 1999, p. 425.

introduzido por preposição necessária: (...). Constituído, como o sujeito, por expressão substantiva não marcada por um índice funcional (a preposição, neste caso), o complemento direto se distingue do sujeito por vir à direita do verbo (o sujeito vem normalmente à esquerda) e não influir na flexão deste. (BECHARA, 2003, p. 416)

A definição de Bechara fundamenta-se, basicamente, em critérios sintáticos, uma vez que é estabelecida a partir de relações de combinação entre o objeto direto e outros termos da oração, como, por exemplo, o verbo e o sujeito.

Perini (2000), com base no estudo da hierarquia dos constituintes da oração, define o objeto direto a partir de suas *propriedades sintáticas (traços)*, quais sejam: *concordância verbal (CV)*; *anteposição (Ant)*; possibilidade de ser *retomável através de (o) que/quem (Q)*.

Assim, para Perini (2000), podem ser objeto direto: a) palavras ou expressões que apresentam o traço (-CV), ou seja, aquelas com as quais o verbo não precisa, necessariamente, concordar em número e pessoa; b) palavras ou expressões que apresentam o traço (+Ant), uma vez que, dependendo do contexto, podem colocar-se antepostas ao verbo, sem que isso altere sua função sintática; c) palavras ou expressões que apresentam o traço (+Q), ou seja, que podem ser retomadas pelos pronomes (o) *que/quem*, nas interrogações. Para chegar a esses traços, o autor comparou o comportamento sintático das palavras que figuram como objeto direto, sujeito e adjunto adverbial em orações de período simples.

Embora as estratégias acima sejam bastante úteis para determinar o objeto direto, estas, ainda, se fundamentam exclusivamente em critérios de base morfossintática. Outras questões também devem ser levadas em consideração para definir o objeto direto na oração, e, entre elas, estão às questões de natureza morfológica. Nesse sentido, vejamos, a seguir, quais as classes que podem exercer a função de objeto direto, na estrutura oracional.

Segundo a gramática tradicional, o objeto direto é sempre um substantivo ou palavra equivalente. Assim sendo, além do substantivo propriamente dito, os pronomes, ditos substantivos (os indefinidos e os pessoais oblíquos), podem funcionar como objeto direto.

Os pronomes oblíquos átonos desempenham a função de acusativo-dativo e, portanto, podem funcionar como pronomes complementos. Tais pronomes opõem-se aos pronomes pessoais do caso reto, uma vez que estes têm o mesmo valor do nominativo e, por isso, assumem a função de sujeito, na oração. Essa oposição entre pronome complemento e pronome sujeito consiste num resquício do sistema casual latino, conservado em português.

Além dos substantivos e dos pronomes, os numerais e as expressões substantivadas<sup>4</sup> também podem funcionar como complemento de verbos transitivos diretos ou de verbos bitransitivos. Igualmente as orações subordinadas substantivas, tanto na forma desenvolvida, como na forma reduzida, podem exercer a função de objeto direto. Nesse caso, essas orações são chamadas de orações subordinadas substantivas objetivas diretas.

Apesar de não ser uma ocorrência prevista e permitida pela gramática normativa, no português do Brasil é muito frequente a utilização do pronome lexical *ele* e suas formas variantes no feminino (*ela*) e no plural (*eles*), tanto em textos orais como em textos escritos, na posição de acusativo, ou seja, de objeto direto. Esse pronome, tradicionalmente, exerce a função de sujeito, pois equivale ao nominativo. A gramática normativa somente admite a utilização do pronome *ele* como acusativo nos casos de objeto direto preposicionado.

Câmara Jr.<sup>5</sup> (1972) defende a premissa de que a utilização do pronome *ele* na posição de acusativo pode ser considerada um resquício de algumas ocorrências esporádicas dessa natureza, verificadas no português arcaico. Segundo o autor, essa ocorrência não consiste em, simplesmente, se usar o pronome-sujeito *ele* na posição de acusativo, trata-se de uma forma sintaticamente invariável que se aproxima dos nomes e dos demonstrativos. Nesse sentido afirma que:

Deve-se, primeiro, estabelecer que não se trata do emprego do caso-sujeito como um acusativo, mas de uma forma invariável do ponto de vista sintático, exatamente como os nomes e os demonstrativos. A forma *êle* no português do Brasil *dêles* se aproximou, separando-se do sistema dos pronomes pessoais, onde há uma flexão casual. (...) A inovação brasileira, é, em última análise, uma inovação de estrutura, dissociando o pronome da terceira pessoa do sistema casual dos pronomes pessoais. (CÂMARA JR., 1972, p.49).

As afirmações de Câmara Jr. baseiam-se no fato de que a forma *ele* comporta-se, gramatical e semanticamente, de forma diferente dos demais pronomes pessoais. Os pronomes de terceira pessoa aproximam-se, morfologicamente, mais dos demonstrativos, pois admitem o acréscimo das desinências de gênero e número, diferentemente dos pronomes de primeira e segunda pessoa, que não admitem a flexão de gênero e em que o número é marcado por um processo de heteronímia, no caso da 1ª pessoa, uma vez que, para a 2ª pessoa, já temos as formas *você/vocês*.

<sup>4</sup> Palavras ou expressões substantivadas são aquelas que pertencem a outras classes de palavras e que, acidentalmente, acabam assumindo o valor de um substantivo. Um exemplo dessa ocorrência são os advérbios: *Esperava um **sim** recebeu um **não***. Nesse exemplo, os advérbios **sim** e **não**, por meio da derivação imprópria tornam-se substantivos. (Cf. CUNHA 2001, p. 104).

<sup>5</sup> Mattoso Câmara Jr. foi um dos primeiros linguistas brasileiros a observar a utilização do pronome lexical *ele* na posição de acusativo, em construções do português do Brasil.

A aproximação da forma *ele* com os nomes e demonstrativos possibilita a essa forma ser utilizada, em português, em todos os casos, inclusive no acusativo, sendo possível, portanto, comportar-se como complemento de verbos transitivos diretos. Vale lembrar que os pronomes de 3ª pessoa são derivados de pronomes demonstrativos latinos. Conforme afirma Tarallo (1990):

Assim, contrariamente ao sistema do latim clássico, encontramos em português, ao lado de **eu, tu, nós, vós**, as formas **ele, ela, eles, elas**, também oriundas do demonstrativo **ille**, desprovido, entretanto, de sua função dêitica. (TARALLO, 1990, p. 138)

As considerações acima nos mostram que a forma pronominal *ele* comporta-se, morfológica e semanticamente, de maneira diferenciada das demais formas do sistema pronominal da língua portuguesa, o que permite que o pronome *ele* possa ter um comportamento sintático diferente daquele prescrito pela gramática normativa. Além disso, não concordamos com as considerações de Câmara Jr de que a forma pronominal *ele*, utilizada como objeto direto no português moderno, seja um resquício de ocorrências esporádicas do português arcaico, mas um indicativo da existência de uma das muitas variantes possíveis de serem identificadas na língua.

### O objeto direto anafórico

Além de sua função primeira que é a de completar um verbo transitivo, o objeto direto também pode funcionar como elemento anafórico, isto é, pode atuar como um mecanismo de coesão, recuperando algum termo ou alguma ideia já apresentada no texto.

Seguindo as definições de Duarte (1989), destacamos, aqui, duas possibilidades de realização do objeto direto anafórico no português do Brasil, por meio de:

- 1) Clítico acusativo:  
(01).. todos ficaram olhando,  
..para conhecer o novo:..visitante da cidade.  
... João estava andando pela cidade para conhecê-**la**,  
(EF – oral)
- 2) pronome lexical;  
(02) ..mas não encontrou sua amada.  
..e ele ficou procurando **ela** por todos os lugares,  
(EF – oral)

### **Análise dos dados do *corpus***

O *corpus* da pesquisa é constituído por 60 narrativas, sendo 30 orais e 30 escritas. Essas narrativas foram produzidas por três grupos de dez informantes cada, pertencentes a diferentes níveis de ensino, a saber, Ensino Superior, Ensino Médio e Ensino Fundamental.

A primeira parte do *corpus*, relativa ao ensino superior, foi coletada em 1996, com o auxílio de alunos do primeiro ano do curso de Letras (período noturno), da Universidade Estadual de Londrina, Paraná, para pesquisa de Mestrado (ANTONIO, 1998). As demais narrativas foram coletadas em 2001, em uma escola estadual do município de Sarandi, pertencente à região metropolitana de Maringá, Paraná. Os informantes eram dez alunos da 5ª série do Ensino Fundamental e dez informantes da 1ª série do Ensino Médio.

As narrativas orais foram transcritas alfabeticamente, seguindo-se um padrão baseado nas normas do projeto NURC (PRETI 1993, 11-12) com algumas adaptações. As narrativas escritas, por sua vez, foram reproduzidas exatamente como foram entregues pelos informantes, sem qualquer correção.

Duarte (1989), a partir de amostras de fala natural colhidas por meio de entrevistas, e, a partir de gravações da linguagem da mídia (televisão), investigou a realização do objeto direto anafórico no português do Brasil, condicionada pelas variáveis extralinguísticas: *nível de escolaridade e faixa etária*.

Após a análise das ocorrências, a autora acima constatou quatro tipos de realização variável do objeto direto anafórico no português do Brasil: 1) por meio de *clítico acusativo*; 2) por meio de *pronome lexical*; 3) por meio de *sintagmas nominais*; 4) por meio de *categoria vazia*, doravante objeto direto nulo.

Seguindo as definições de Duarte (1989), analisamos as ocorrências do objeto direto anafórico por meio de: 1) *clítico acusativo* e 2) *pronome lexical*, em narrativas orais e escritas, produzidas em língua portuguesa, por alunos do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e do Ensino Superior, das cidades de Londrina e Sarandi, Paraná. Assim sendo, será importante, para a nossa análise, a modalidade textual (oral ou escrita) e o nível de escolaridade.

Ao efetuarmos o levantamento do *corpus*, verificamos o total de 225 ocorrências do objeto direto anafórico, dos quais, 137 são de *pronome clítico acusativo*, que correspondem a 32% das ocorrências de objeto direto anafórico e 88 de *pronome lexical*, que corresponde a 20,5%, tanto em narrativas orais, como em narrativas escritas.

### Variável nível de escolaridade e modalidade textual

Em nossa análise, levamos em consideração apenas a *modalidade textual* (oral ou escrita) e a variável *nível de escolaridade*, uma vez que as narrativas do *corpus* foram produzidas por alunos do Ensino Fundamental, Médio e Superior. Inicialmente, trabalhamos com os dados tendo como foco de nossa observação a modalidade oral e o nível de escolaridade.

Na tabela 1, temos o cômputo dos dados, relativos às ocorrências de pronome clítico acusativo e pronome lexical, considerando-se a modalidade textual (oral) e o nível de escolaridade. Vejamos:

Tabela 1 – Narrativas orais:

Variante	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior
Pronome clítico	4,4%	7,3%	32,1%
Pronome lexical	36,4%	25%	12,5%

Todos os casos desse tipo de pronome observados no *corpus* correspondem à 3ª pessoa (*o, a, os, lo, lae/los*), assim como as demais variantes identificadas no *corpus*, uma vez que os textos que o integram são narrativas de uma história que não incluem o falante.

O levantamento apresentado na tabela mostra que a utilização de clíticos como objeto direto cresce de acordo com o nível de escolaridade. No Ensino Fundamental, verificamos apenas 4,4% das ocorrências. No Ensino Médio, foram 7,3% e, no Ensino Superior, 32,1%.

Se compararmos as ocorrências do Ensino Fundamental com as do Ensino Médio, teremos uma diferença de 2,9%. Comparando-se as ocorrências do Ensino Médio com as do Ensino Superior, temos uma diferença de 24,8%. Isso mostra que a escolarização interfere, diretamente, na escolha e utilização das formas linguísticas pelo indivíduo, pois, conforme Votre (2003): “o nível de escolaridade, entretanto, continua a desempenhar um papel crítico na configuração geral do domínio da língua padrão pelos informantes” (VOTRE, 2003, p. 56).

A utilização de clíticos na posição de objeto direto anafórico é mais frequente no Ensino Superior, se comparadas às ocorrências verificadas no Ensino Fundamental e Médio. Esse contraste se deve à influência da escola, que apresenta a norma padrão como a forma socialmente aceita.

Outra variante identificada foi o pronome lexical como objeto direto anafórico. Embora não seja admitido na norma padrão, é cada vez mais frequente o uso do pronome lexical como objeto direto, principalmente em textos orais.

No *corpus* em análise, não há variação quanto à utilização do pronome. Em todos os casos, ocorrem, somente, pronomes de 3ª pessoa, da mesma forma que acontece com os clíticos. Há, apenas, uma alternância das formas masculino e feminino, singular e plural.

Se o uso de clíticos é crescente em relação ao nível de escolaridade, a utilização de pronomes lexicais na função de objeto direto anafórico apresenta-se de forma decrescente, ou seja, conforme aumenta o grau de instrução, diminui o número de ocorrências de objeto direto representado por pronome lexical. No Ensino Fundamental, temos 36,4% das ocorrências, contra apenas 12,5% no Ensino Superior, uma diferença de 23,9%. O maior índice de utilização do pronome lexical como objeto está no Ensino Fundamental. Nesse nível de ensino, que corresponde à educação básica, o aluno ainda não tem um domínio amplo da norma culta. Por se tratar, segundo Votre (2003), de um “veículo de familiarização com a literatura nacional, a escola incute gostos, normas, padrões estéticos e morais em face da conformidade de dizer e de escrever”. (VOTRE, 2003, p. 51).

Vejamos, agora, os dados obtidos nas narrativas escritas, conforme segue:

Tabela 2 – Narrativas escritas

<b>Variante</b>	<b>Ensino Fundamental</b>	<b>Ensino Médio</b>	<b>Ensino Superior</b>
Pronome Clítico	5,8%	18,3%	32,1%
Pronome lexical	14,8%	9,1%	2,3%

Também na escrita, todos os pronomes utilizados como clíticos acusativo correspondem à 3ª pessoa, apenas se alternando o gênero e o número.

No que se refere ao nível de escolaridade, da mesma forma que acontece nas narrativas orais, conforme aumenta o nível de escolaridade, cresce, também, o uso de clíticos como objeto direto. No Ensino Fundamental, são 5,8% das ocorrências, no Ensino Médio 18,3% e, no Ensino Superior, 32,1%. Esses dados confirmam a ideia anteriormente lançada de que o nível de escolaridade interfere, diretamente, na seleção e na utilização das formas linguísticas.

Outra variante do objeto direto anafórico é a utilização de pronomes lexicais, os quais também correspondem à 3ª pessoa, alternando-se as formas masculino e feminino (*ele/ela*), singular e plural (*ele/eles*).

Também o nível de escolaridade é o responsável pelo uso ou não do pronome lexical como objeto direto anafórico. De acordo com os dados apresentados na tabela 2, temos 14,8% de ocorrências no Ensino Fundamental, 9,1% no Ensino Médio e, apenas, 2,3% no Ensino Superior.

Os percentuais acima mostram que, ao contrário do uso de clíticos, conforme aumenta o nível de escolaridade, decresce a utilização de pronome lexical nas narrativas escritas, semelhante ao que ocorre nas narrativas orais. Dizemos semelhante, porque, apesar dos dados se comportarem, de certa forma, segundo a mesma tendência, há uma diferença entre as modalidades oral e escrita.

### **Considerações finais**

Neste trabalho, procuramos desenvolver um estudo tendo foco a realização do OD anafórico, por meio das variantes pronome clítico acusativo e pronome lexical, em narrativas orais e escritas produzidas por alunos do ensino fundamental, médio e superior, das cidades de Londrina e de Sarandi-PR. Diante dos resultados obtidos e analisados, constatamos que o objeto direto tem-se realizado de forma variável na região onde os dados foram coletados, inclusive pela variante pronome lexical que, no caso, trata-se de uma forma não padrão.

Quanto à variável nível de escolaridade, observamos que os alunos com maior grau de instrução tendem a utilizar as formas linguísticas previstas na norma padrão. Entre os alunos com menor grau de instrução, há uma tendência de se utilizar formas linguísticas não prestigiadas.

Tomemos como parâmetro o uso de clíticos e de pronomes lexicais como objeto direto anafórico. No caso da utilização dos clíticos, que é uma forma prevista na gramática normativa, o maior índice de ocorrência foi verificado no Ensino Superior, que, tanto nas narrativas orais, como nas narrativas escritas, corresponde a 32,1%.

Quanto ao uso de pronomes lexicais como objeto direto, uso este considerado não padrão, o maior índice foi observado no Ensino Fundamental (36,4% nas narrativas orais e 14,8% nas narrativas escritas).



Os resultados acima comprovam que há uma preferência pela norma padrão nos níveis de escolaridade mais elevados, por ser esta a norma de prestígio, socialmente aceita, sendo esta a ideia, direta ou indiretamente, difundida pela escola.

Outro ponto a se considerar é o tratamento dado à oralidade e à escrita. O levantamento e a análise dos dados mostraram a preferência pelo uso da variante objeto direto nulo nas narrativas orais, o que reforça o tratamento dicotômico dado a essas duas modalidades. Que fala e escrita apresentam diferenças, isso não se discute. No entanto, as diferenças não devem ser tratadas de forma a estabelecer uma oposição rígida entre a oralidade e a escrita. Na realidade, tanto no texto oral como no escrito, temos níveis de planejamento textual diferentes, devido às situações de produção. Isso quer dizer que o discurso oral e o escrito podem apresentar marcas de planejamento prévio ou não. Ante tal fato, somos favoráveis a que a oralidade e a escrita sejam tratadas como duas modalidades da língua de igual importância, inseridas num *continuum* discursivo.

## Referências

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 44. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- ANTONIO, Juliano Desiderato. *Narrativas orais e narrativas escritas, a estrutura argumental preferida, e outras preferências*. Dissertação de Mestrado. Araraquara, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Estrutura Retórica e Articulação de Orações em Narrativas Oraís e em Narrativas Escritas do Português*. Tese de Doutorado. Araraquara, SP: UNESP, 2004.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática da Língua Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- CALVET, LOUIS-JEAN. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.
- CAMACHO, Roberto Gomes. A Variação Linguística. In: *Subsídio à Proposta Curricular de Língua Portuguesa para o 1º e o 2º Grau*. Coletânea de Textos. Volume I. São Paulo: SE/CENP, 1998.
- \_\_\_\_\_. Sociolinguística – parte II. In: MUSSALIM, Fernanda. & BENTES, Ana Christina. (orgs.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*, v. 1, 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- CÂMARA-JÚNIOR., Joaquim Mattoso. *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr*. Seleção e introdução por Carlos Eduardo Falcão Uchôa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- CHAFE, Wallace. *Discourse, Consciousness and Time*. The flow and displacement of conscious experience in speaking and writing. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- CUNHA Celso & CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Clítico Acusativo, Pronome Lexical e Categoria Vazia no Português do Brasil. In: TARALLO, Fernando. (org.). *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas, SP: Pontes: Editora da UNICAMP, 1989.
- FARACO, Carlos Alberto. *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.
- LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972.

- MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Da Fala para a Escrita: atividades de retextualização*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação Teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília. & BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- \_\_\_\_\_. Relevância das Variáveis não Linguísticas. In: MOLLICA, Maria Cecília. & BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- MONTEIRO, José Lemos. *Para Compreender Labov*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- NARO, Anthony Julius. Modelos Quantitativos e Tratamento Estatístico. In: MOLLICA, Maria Cecília. & BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- PERINI, Mario Alberto. *Gramática Descritiva do Português*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- RISSO, Mercedes Sanfelice. Língua Falada e Língua Escrita: Conceitos e Preconceitos. In: *Confluência*. Boletim do Departamento de Linguística. Faculdade de Ciências e Letras – UNESP. Assis – SP. 1994.
- TARALLO, Fernando. *Tempos Linguísticos*. São Paulo: Ática, 1990.
- VOTRE, Sebastião José. Relevância da Variável Escolaridade. In: MOLLICA, Maria Cecília. & BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

*Recebido em 08/2014.*

*Aceito em 09/2014.*